



## EDITAL

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023

(Modo de disputa Aberto)

Interessado:	Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas - CISBRA
UASG:	930162
Referência:	Pregão Eletrônico nº 05/2023.
Objeto:	Contratação de <b>seguro para os veículos e equipamento móvel</b> do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas – CISBRA, conforme especificações constantes no Edital e Anexos.
Fundamentação legal:	Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 11.107 de 6 de abril de 2005.
Prazo para apresentação de proposta:	até às 08h59 horas do dia 20/09/2023.
Realização da sessão:	Dia 20/09/2023 às 09h00min.
Local:	Portal de Compras do Governo Federal <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a>
Valor estimado da Contratação:	Valor (R\$): 65.037,69 (sessenta e cinco mil, trinta e sete reais e sessenta e nove centavos).

**TORNA-SE PÚBLICO QUE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DOS CIRCUITO DAS ÁGUAS**, Estado de São Paulo, CNPJ nº. 14.009.006/0001-34, sito à Rua Barão Cintra nº 40, Bairro São Judas, **REALIZARÁ LICITAÇÃO**, na **MODALIDADE PREGÃO**, na **FORMA ELETRÔNICA**, do **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM** e **MODO DE DISPUTA ABERTO**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 11.107 de 6 de abril de 2005, e as exigências estabelecidas neste Edital. A sessão de processamento será conduzida pelo Pregoeiro Oficial, com auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do Processo de Compra nº 56/2023, de acordo com Portaria nº 03 de 20 de março de 2023.

**DÚVIDAS SOBRE O EDITAL:** As dúvidas acerca do presente Edital deverão ser por escrito, mediante documento devidamente protocolado na sede do Consórcio localizada à Rua Barão Cintra, nº 40, São

Judas, Amparo/SP, Telefone (19) 3807-2010, ou através do e-mail [falecom@cisbra.eco.br](mailto:falecom@cisbra.eco.br), ou diretamente no campo específico "Esclarecimentos e Impugnações" do Portal de Compras Do Governo Federal [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

As respostas serão divulgadas no Portal de Compras do Governo Federal [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

**DÚVIDAS SOBRE O SISTEMA DO COMPRAS GOVERNAMENTAIS:** As dúvidas acerca da operacionalização do sistema do Compras Governamentais deverão ser esclarecidas junto à Central de Serviços Serpro - CSS, através do e-mail [css.serpro@serpro.gov.br](mailto:css.serpro@serpro.gov.br) ou pelo telefone 0800-978-9001.

## 1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Pregão visa à contratação de seguro para os veículos e equipamento móvel do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas – CISBRA, conforme especificações constantes no Edital e Anexos.
- 1.2. Havendo divergência entre as informações constantes do registro da licitação no Portal de Compras do Governo Federal e as constantes deste Edital e de seus Anexos, prevalecerão as últimas.

## 2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:-

- 2.1. As despesas para execução deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

010100	CONSORCIO INTERM. SAN. BAS. CIRCUITO AGUAS
17.122.0010.2001.0000	MANUTENÇÃO CONSORCIO INTERMUNICIPAL SANEAMENTO
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
01	TESOURO
00	Recursos Ordinarios
1.880	Recursos Próprios dos Consórcios (Exerc. Corrente)

## 3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.



3.4. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### 4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão Pessoas Jurídicas interessados, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, bem como os que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e que atenderem às demais exigências constantes deste Edital e de seus Anexos.

4.2. A inclusão dos documentos e/ou informações no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF é de inteira responsabilidade do Licitante, podendo ocasionar na sua desclassificação a ausência de qualquer documento exigido neste Edital.

4.3. Os interessados poderão participar do procedimento licitatório por intermédio de sua matriz ou filial, desde que cumpram as condições exigidas para o cadastramento e a habilitação parcial no SICAF, bem como as exigências constantes deste Edital e de seus Anexos.

4.4. Estará impedido de participar deste Pregão o interessado que:

4.4.1. Estiverem proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente, em especial o Art. 34 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018.

4.4.1.1. Também serão diligenciados pelo Pregoeiro o:

- a) SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
- b) BNDT- Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (CNDT);
- c) CNIA- Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa (CNJ);
- d) CEIS- Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CGU); e
- e) Cadastro de Inidôneos e Cadastro de Inabilitados (TCU).

Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

4.4.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

4.4.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.



4.4.4. Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

4.4.5. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

4.4.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4.7. Instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017).

4.4.8. Esteja cumprindo penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISBRA.

4.4.9. Tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública ou esteja cumprindo penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União Federal.

4.4.10. Esteja proibido de licitar e contratar com a Administração Pública, bem como de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de pessoas jurídicas de direito público ou de pessoas jurídicas controladas pelo Poder Público, com fundamento em outros dispositivos legais não mencionados nos incisos anteriores deste subitem.

4.4.11. Esteja em recuperação judicial, salvo nos casos em que haja decisão judicial que permita a participação em licitações.

4.4.12. Pessoa Física.

4.5. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.5.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4.6. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.6.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame.





4.6.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.1.3. A mera declaração como ME ou EPP ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a empresa à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, além de ser descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

4.6.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital.

4.6.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.6.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.6.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.6.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## 5. DO CADASTRO DAS PROPOSTAS

5.1. O interessado em participar deste Pregão deverá, até a abertura da sessão pública, enviar sua proposta por intermédio do Portal de Compras do Governo Federal, devendo encaminhar, concomitantemente, os documentos de habilitação exigidos no item 7.1 deste Edital.

5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.



5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1. Valor unitário e total do item.

5.6.2. O valor deverá ser expresso em Real (R\$), com 2 (duas) casas decimais.

5.6.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, vedada a identificação da licitante.

5.6.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital.

5.7.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.10. A proposta deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão pública.

5.11. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e em seus Anexos.



5.12. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do Licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.13. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital, serão encaminhados pelo Licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no prazo fixado pelo Pregoeiro, que não será inferior a 2 (duas) horas.

5.14. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital, serão encaminhados pelo Licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no prazo fixado pelo Pregoeiro, que não será inferior a 2 (duas) horas.

5.15. AO FINAL DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, O FORNECEDOR MELHOR CLASSIFICADO SERÁ CONVOCADO NO PRAZO FIXADO PELO PREGOEIRO, QUE NÃO SERÁ INFERIOR A 2 (DUAS) HORAS, PARA APRESENTAR A PROPOSTA READEQUADA.

## **6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4.1. Durante a fase de lances, não serão aceitos contatos telefônicos, ou via e-mail, com o(a) Pregoeiro(a) e com a equipe de apoio, inclusive para pedidos de exclusão de lances dados equivocadamente, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, já que tal ato configura a identificação da licitante durante a sessão pública, o que é legalmente vedado.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

6.5.2. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, em reais, por item, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances para cada item, a qual será:

Item	Redução R\$
TODOS OS ITENS	100,00 (podendo ser alterado na etapa de lances)

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, contendo cada lance no máximo 02 (duas) casas decimais, relativas à parte dos centavos, sob pena de exclusão do lance, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. Não será admitida a desistência da proposta/lance, após o início da fase de lances.

6.7.1. O disposto no subitem anterior não impede que o pregoeiro exclua lances manifestamente inexequíveis, que possam comprometer a competitividade do certame.

6.7.2. Na hipótese de ocorrência de desistência injustificada de proposta/lance, o Pregoeiro autuará processo administrativo para apenação da(s) licitante(s) convocada(s), já que tal prática se consubstancia em ato ilegal, previsto no rol do art. 7º, da Lei nº 10.520/2002

6.8. Após a abertura da sessão pública, o Pregoeiro poderá suspendê-la, adiá-la ou reabri-la a qualquer momento, informando previamente os Licitantes por meio do Portal de Compras do Governo Federal, com, no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

6.9. No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, se o Portal de Compras do Governo Federal permanecer acessível aos Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.10. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após comunicação prévia e expressa aos Licitantes no Portal de Compras do Governo Federal, observada a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro horas).

6.11. A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 6.10 será de 2 (dois) minutos, e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.11.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens 6.10 e 6.10.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.





6.11.3. Encerrada a etapa de lances sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 6.10, o Pregoeiro poderá, assessorado pela Equipe de Apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução de oferta mais vantajosa.

6.12. Encerrada a etapa de lances, se o melhor lance não tiver sido ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver lance apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior àquele, proceder-se-á da seguinte forma:

a) O sistema convocará a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada dentre aquelas enquadradas na condição prevista no caput deste subitem (6.11) para, no prazo de até 5 (cinco) minutos, ofertar valor inferior ao melhor lance.

b) Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte mencionada no inciso anterior deixar de oferecer valor inferior, o sistema convocará as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que porventura se enquadrem na condição prevista no caput deste subitem (6.11), na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) Na hipótese de todas as microempresas ou empresas de pequeno porte enquadradas na condição do caput deste subitem (6.11) deixarem de ofertar valor inferior, o Pregoeiro convocará o Licitante ofertante do melhor lance, dando-se prosseguimento à sessão pública.

d) Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte ofertar valor inferior ao melhor lance, o Pregoeiro a convocará, dando prosseguimento à sessão pública.

6.12.1. O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento do Licitante na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.12.2. O Licitante que se declarar microempresa ou empresa de pequeno porte para fins de obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e não possuir tal condição ficará sujeito à sanção administrativa prevista neste Edital, sem prejuízo da responsabilização em outras esferas.

6.12.3. O procedimento listado nos incisos do subitem 6.11 deste Edital será promovido pelo Pregoeiro, observada a ordem classificatória, sempre que o Licitante ofertante do melhor lance for desclassificado, inabilitado ou excluído deste Pregão.

6.12.4. Na hipótese de o melhor lance ter sido ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte ou na hipótese de o melhor lance não ter sido ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte e não haver oferta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor lance, o Pregoeiro convocará o Licitante ofertante do melhor lance, dando-se prosseguimento à sessão pública.

6.13. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao Licitante que tenha apresentado o melhor preço, ressalvadas as hipóteses em que a redução possa comprometer a exequibilidade da proposta final ofertada.

6.13.1. O Pregoeiro poderá suspender a sessão para que o Licitante ofertante do melhor lance possa avaliar a possibilidade de redução do último valor ofertado.



6.14. O Licitante ofertante do melhor lance deverá apresentar a proposta adequada ao lance final ofertado, exclusivamente por intermédio do Portal de Compras do Governo Federal, conforme modelo constante do **Anexo I (Termo de Referência)** deste Edital, no prazo de até 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro, prorrogáveis, a critério da Administração Pública.

6.14.1. A proposta deverá identificar o Licitante, e ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada por seu Representante Legal ou Procurador.

6.14.2. Os valores ofertados na proposta deverão ser expressos em Real (R\$) e com 2 (duas) casas decimais.

6.14.3. A proposta deverá conter planilhas de preços que indiquem os valores unitários, totais e global do objeto licitado, conforme modelo constante do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

6.14.4. Devem estar incluídas no valor global ofertado todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, viagens, seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto a ser contratado.

6.15. Após o envio da documentação de proposta, o Pregoeiro examinará a compatibilidade do preço ofertado em relação ao valor estimado para a contratação.

6.15.1. Nesta ocasião, o Pregoeiro poderá verificar a habilitação do Licitante ofertante do melhor lance, hipótese em que serão observadas as regras constantes dos itens 6.16.a 6.17. deste Edital.

6.15.2. Caso adotado o procedimento previsto no subitem anterior, a análise final da proposta, em todos os seus requisitos, somente será concluída se verificado o atendimento dos requisitos de habilitação do Licitante ofertante do melhor lance.

6.16. Na análise e julgamento da proposta, o Pregoeiro poderá, justificadamente, sanar erros ou falhas que não alterem sua substância da proposta (vícios sanáveis), atribuindo-lhe validade e eficácia, rejeitando aquela:

- a) Que possuir vícios insanáveis;
- b) Que não atender às exigências deste Edital e de seus Anexos;
- c) Cujo valor global for superior ao limite estabelecido no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital;
- d) Cujos valores unitários ou global forem inexequíveis, observado o disposto no subitem 6.15.1. deste Edital; ou
- e) Cujos valores unitários forem considerados excessivos, nos termos do disposto no subitem 6.15.2. deste Edital.

6.16.1. Havendo indícios de inexequibilidade dos valores ofertados, será instaurada diligência para que o Licitante ofertante da melhor proposta possa, no prazo fixado pelo Pregoeiro:

- a) Comprovar sua exequibilidade, apresentando justificativas e/ou documentos que comprovem a viabilidade e a compatibilidade dos valores ofertados; ou



b) Ajustar os valores ofertados, observando como limite máximo o valor ofertado na proposta e, se for o caso, justificativas para os ajustes realizados.

6.16.2. Havendo indícios de excessividade dos valores unitários ofertados, será instaurada diligência para que o Licitante ofertante da melhor proposta possa, no prazo fixado pelo Pregoeiro:

a) Apresentar justificativas para os valores ofertados e/ou os documentos que comprovem a razoabilidade dos valores ofertados; ou

b) Reduzir os valores unitários que tenham apresentado indícios de excessividade, apresentando a proposta readequada e, se for o caso, as justificativas para os ajustes realizados.

6.16.3. Os documentos apresentados pelo Licitante ofertante da melhor proposta, a título de ajuste dos valores ofertados ou de comprovação de sua exequibilidade ou não-excessividade, serão encaminhados para análise da Equipe Técnica do Setor Competente do CISBRA afim de que possa emitir o competente parecer.

6.17. Recusada a proposta, o Pregoeiro convocará o próximo colocado, observadas as disposições relativas ao direito de preferência previstas neste Edital.

6.18. Aceita a proposta ou adotada a opção prevista no subitem 6.14.1, o Pregoeiro passará à análise de habilitação, por intermédio da apreciação das informações previamente encaminhadas pelo Licitante.

## 6.19. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) No mínimo 01 (um) atestado de desempenho de atividade pertinente ao objeto da licitação (fornecimento de seguro), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo conter no mínimo: a quantidade, a descrição, a manifestação quanto a plena execução do objeto, a data de emissão do atestado e a clara identificação do seu emitente (CPF, CNPJ, RAZÃO SOCIAL, TELEFONE dentre outros).

## 7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Para que seja habilitado, o Licitante deverá atender a todas as exigências abaixo listadas e as previstas no subitem 7.3 deste Edital:

7.1.1. Habilitação Jurídica:

a) Instrumento Particular de Mandato (Procuração) com firma reconhecida em cartório, ou Instrumento Público de Mandato, outorgando expressamente poderes para a prática de todos os atos pertinentes à licitação, nos casos em que o Licitante for representado por Procurador;

b) No caso de:

b.1. Sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada: Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado no registro competente, com sua(s) respectiva(s) alteração(ões), ou a sua última consolidação, acompanhado do documento comprobatório de seus administradores devidamente registrado;





**b.2.** Sociedade simples: Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado no registro competente, com sua(s) respectiva(s) alteração(ões), ou a sua última consolidação, bem como documento que comprove a indicação de seus administradores;

**b.3.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**b.4.** Microempreendedor individual: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**b.5.** Microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

#### **7.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

**c.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

**c.2.** Prova de regularidade para com os Tributos do Município na qual se encontra sediada a empresa licitante.

**c.3.** Prova de regularidade para com o Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS;

**c.4.** Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

**c.5.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede do licitante, ou outra prova equivalente na forma da Lei, devendo abranger os débitos inscritos em dívida ativa;

**c.6.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

**c.7.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do inciso V, do art. 29 da Lei Federal nº 8.666/93;

**c.8.** Será aceita a apresentação de "Certidão Positiva Com Efeito Negativa", com os mesmos efeitos da Certidão Negativa, em qualquer dos casos supracitados.

**d)** As Certidões, cujo prazo de validade tenha expirado antes da data do encerramento desta licitação, deverão ser atualizadas e anexadas ao Certificado, devendo uma cópia destas ser encaminhada ao Setor de Cadastro para a atualização do Certificado.

#### **7.2. Documentação qualificação econômico-financeira**

**7.2.1. Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da **sede** da pessoa jurídica, com data não superior a 03 (três) meses da data limite para entrega dos envelopes, se outro prazo não constar do documento.

**7.2.1.1. Obs.:** Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, nos termos dos TCs 3987.989.15-9 e 4033.989.15-3/GP-10/2016, mediante apresentação de certidão de concessão de recuperação judicial.

**7.2.1.2.** Caso a empresa em Recuperação Judicial apresente certidão positiva, se faz necessário que a interessada demonstre seu Plano de Recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeiras estabelecidos no edital.

**7.2.** Os documentos comprobatórios do atendimento às exigências previstas no subitem 7.1 que não estejam abrangidos pelo SICAF deverão ser encaminhados pelo Licitante, quando do cadastramento de sua proposta, na forma do item 3 deste Edital.





7.3. O Pregoeiro analisará a documentação apresentada, verificando o atendimento às exigências deste Edital e de seus Anexos, notadamente as constantes de seu item 4.2. que poderão ser confirmadas em cadastros oficiais de empresas punidas ou sancionadas. Para fins de julgamento da habilitação poderão ser consultados outros sítios da Internet, principalmente sítios oficiais emissores de certidões.

7.3.1. As certidões que não possuírem prazo de validade somente serão aceitas se as respectivas datas de emissão não excederem a 90 (noventa) dias de antecedência da data de sua apresentação.

7.3.2. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da decisão do Pregoeiro que declarar o Licitante vencedor da licitação, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sob pena de inabilitação.

7.3.3. Caso sejam necessários documentos complementares para o julgamento da habilitação, estes deverão ser encaminhados exclusivamente via sistema, dentro do prazo definido pelo Pregoeiro, que não será inferior a 2 (duas) horas.

7.4. Se o Licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro convocará o próximo colocado, observadas as disposições relativas ao direito de preferência previstas neste Edital.

7.5. Constatado o atendimento de todos os requisitos de habilitação e verificando-se a aceitabilidade da proposta, o Licitante será declarado vencedor do certame, abrindo-se prazo para que os Licitantes possam, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão deste direito.

7.5.1. Admitida pelo Pregoeiro a intenção de recurso, será concedido, ao Licitante que tenha manifestado tal intenção, o prazo de até 3 (três) dias úteis, para apresentar, pelo Portal de Compras do Governo Federal, as razões recursais, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo para a apresentação das razões recursais.

7.5.2. A vista dos autos do processo desta licitação, bem como a extração de cópias de documentos deverá ser solicitada no setor de Compras e Licitações, sito à Rua Barão Cintra, nº 40, Bairro São Judas, Amparo/SP, mediante protocolo.

7.5.3. O Pregoeiro poderá reconsiderar sua decisão ou mantê-la. Neste último caso, o Pregoeiro deverá submeter o recurso, devidamente informado, à apreciação da Autoridade Superior.

7.5.4. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.5.5. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante de seu desejo de recorrer importará decadência do direito de recurso.

7.5.6. Não serão passíveis de apreciação os motivos expostos em memoriais que não tenham sido alegados no ato da manifestação em Sessão Pública de Pregão.



7.5.7. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada na intenção de interpor o recurso pelo proponente.



7.5.8. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



7.5.9. O Pregoeiro poderá sugerir, ainda, a anulação e revogação do procedimento, o que será devidamente decidido pelo Excelentíssimo senhor Prefeito Municipal.



7.6. A sessão pública somente será encerrada depois de declarado o vencedor e transcorrido o prazo para manifestação de intenção de recorrer. Não havendo registro de intenção de recurso, o objeto da licitação poderá ser adjudicado ao Licitante vencedor.



## **8. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

8.1. Definido o Licitante vencedor, o objeto licitado lhe será adjudicado, estando à licitação sujeita à homologação pela Autoridade Competente, que analisará a conveniência e a oportunidade da contratação, bem como a legalidade dos atos praticados.



## **9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

9.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.



9.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.



## **9. DO CONTRATO**

10.1. Com fundamento nas disposições da Lei Federal nº. 8.666/93 em seu artigo 40, Inciso II, alterações atualizadas pelas Leis nº. 8.883/94, 9.032/95, 9.648/98, demais leis aplicáveis o prazo para o(s) licitante(s) vencedor (es) assinarem o(s) contrato(s) será (ão) de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação expedida pelo CISBRA. O presente prazo poderá ser prorrogado a critério de Administração.



10.2. O prazo contratual será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado a critério da Administração.



10.3. Em se tratando de prestação de serviços, os preços ofertados pela CONTRATADA somente serão reajustados em periodicidade anual, a contar da data da proposta ou do orçamento a que ela se referir, através da aplicação do índice INPC/IBGE.



10.4. Em se tratando de fornecimento de materiais decorrente de aquisições pela Administração, não será concedido reajuste nos preços contratados.



10.5. A empresa vencedora ficará advertida da obrigação de:

10.5.1. Imprimir 02 (DUAS) vias do Contrato.





10.5.2. Imprimir 01 (uma) via do Termo de Ciência e Notificação.



10.5.3. Conforme o Art. 2º das Instruções nº01/2020 - CadTCESP: o preposto deverá enviar junto com o Contrato Administrativo a declaração de autorização cadastral junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



10.5.4. Assinar todas as páginas, sendo expressamente proibido imprimir frente/verso.

10.5.5. Enviar as documentações em no máximo 03 (três) dias úteis pelo correio por Sedex com AR.



10.6. Será solicitado ao Licitante vencedor que atualize as certidões exigidas na fase de habilitação, se o prazo de validade expirar durante o curso da licitação.

10.7. No ato da assinatura do contrato, caso a empresa vencedora tenha sede no município de Amparo, a mesma deverá apresentar cópia atualizada da Ficha Cadastral do Mobiliário desta municipalidade.



10.8.A recusa injustificada em assinar o instrumento no prazo acima, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a empresa à multa prevista no item 14.1.2 deste edital, bem como as penalidades dos artigos 81e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.



## 11. DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

11.1. Os bens serão entregues, conforme Anexo I (Termo de Referência).



11.2. Os materiais/serviços serão entregues/prestados conforme especificações da proposta e acompanhadas das respectivas Notas Fiscais.



11.6. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a contratante poderá:

11.6.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação.



11.6.1.1. Na hipótese de substituição, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da administração, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.



11.6.2. Se disser respeito a diferença de quantidade ou de partes, a contratante poderá determinar sua complementação ou rescindir a contratação.



11.6.2.1. Na hipótese de complementação, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.



## 12. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

12.1. O objeto da presente licitação será recebido na data de sua entrega, conforme item 11 e Anexo I (Termo de Referência) deste Edital, pela Comissão ou Responsável designado para tanto.





12.1.1. Havendo rejeição dos materiais, no todo ou em parte, o licitante vencedor deverá substituí-los no prazo estabelecido formalmente pela Administração, observando as condições estabelecidas para o fornecimento, sob pena de lhe serem aplicadas às sanções administrativas estabelecidas pelas Leis Federais nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações.

### 13. DO PAGAMENTO

13.1. Condições de pagamento em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, sendo o pagamento condicionado mediante APROVAÇÃO do objeto recebido, pelo Gestor do Contrato.

13.2. O CISBRA pagará pelo objeto pelos preços unitários constantes da planilha da vencedora, em Real, multiplicados pelas quantidades efetivamente entregues e aferidas.

13.3. As notas fiscais/faturas serão obrigatoriamente instruídas, contendo todas as discriminações necessárias, devendo ser atestadas pelo órgão recebedor, que encaminhará as mesmas à Seção Financeira.

13.4. As Notas Fiscais Eletrônicas/Faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao licitante vencedor para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem acima começará a fluir a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura sem imperfeições.

13.5. A devolução da nota fiscal eletrônica não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que a contratada suspenda quaisquer fornecimentos.

13.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CISBRA, entre data base constante da cláusula 13.1 e ao correspondente efetivo adimplemento da parcela, serão calculados pelo IPCA-E, índice este fornecido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no período de inadimplência.

13.6.1. O critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento serão calculados com base no IPCA-E.

13.7. Não se aplicará a regra prevista no item 13.6, quando se tratar de pagamento que dependa de autorização por agente financeiro (convênios), situação em que o prazo constante na cláusula 13.1 terá início a partir da solicitação do pagamento junto à Instituição.

### 14. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO

14.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta do CISBRA e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 02 (dois) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer dos atos previstos no artigo 49, do Decreto Federal nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, também sujeitará o licitante às penalidades e sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, ainda, as sanções por inadimplemento obedecem ao disposto no art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, pelo não cumprimento de quaisquer das exigências.





14.1.1. Multa de 20% (vinte por cento), por dia de atraso, até o trigésimo dia, para a entrega dos serviços/objeto, incidente sobre a quantidade que deveria ser entregue, contado a partir da solicitação de entrega de serviços/objeto, limitados à 30 (trinta) dias.



14.1.2. Multa de 40% (quarenta por cento) sobre o valor do fornecimento, quando decorridos 30 (trinta) dias ou mais de atraso, ou por descumprimento total ou parcial do contrato.



14.2. As multas de que tratam os subitens anteriores somente poderão ser relevadas quando os fatos geradores das penalidades decorram de caso fortuito ou força maior, que independa da vontade do licitante e, quando aceitos, justifiquem o atraso.



14.3. Antes da aplicação das sanções de que tratam os subitens anteriores, será expedida uma notificação para que o fornecedor apresente justificativa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da mesma, visando assegurar o direito à ampla defesa, disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.



14.4. As sanções de que tratam os subitens anteriores poderão ser aplicadas nos casos de descumprimento de prazo, sendo que serão registradas nos sistemas mantidos pela administração autárquica.



## 15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



15.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do presente Edital até 02 (dois) dias úteis anteriores à data de abertura da sessão pública.



15.1.1. A impugnação deverá ser encaminhada a sede do Consórcio localizada na Rua Barão Cintra, nº 40, São Judas, Amparo/SP, ou através do e-mail [falecom@cisbra.eco.br](mailto:falecom@cisbra.eco.br), devendo ser informado, no campo "assunto", a modalidade e o número da licitação (Pregão Eletrônico Nº 05/2023).



15.1.2. Caberá a Administração julgar a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis.



15.1.3. A ata de julgamento de impugnação será divulgada no Portal de Compras do Governo Federal ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) e no endereço eletrônico [cisbra.eco.br](http://cisbra.eco.br), para ciência de todos os interessados.



15.1.4. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.



15.2. O CISBRA reserva-se o direito de alterar os termos deste Edital. A alteração que afetar a formulação das propostas implicará a reabertura do prazo para a apresentação das mesmas.



15.3. É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência a ser registrada em ata, com a finalidade de esclarecer ou complementar a instrução do processo. Em caso de suspensão da sessão pública de licitação, esta só poderá ser retomada mediante aviso prévio no Sistema, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

15.4. A qualquer tempo, O CISBRA poderá negociar com o Licitante, com o fim de obter proposta mais vantajosa.



15.5. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas visando à ampliação da disputa entre os Licitantes, à obtenção da proposta mais vantajosa, desde que não comprometam os interesses do CISBRA, bem como à finalidade e à segurança da contratação.



15.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos observar-se-á o que segue:



- a) Excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;
- b) Os prazos somente serão iniciados e vencidos em dias de expediente do CISBRA.



15.7. Na ocorrência de qualquer fato superveniente ou na hipótese de caso fortuito ou de força maior será observado o seguinte:

- a) Se o fato impedir a realização de sessão pública na data marcada, a referida sessão será adiada;
- b) Os prazos que estiverem em curso serão suspensos, voltando a correr assim que a situação estiver normalizada.



15.8. O andamento da licitação poderá ser acompanhado por qualquer interessado no Portal de Compras do Governo Federal [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e no endereço eletrônico [cisbra.eco.br](http://cisbra.eco.br).



15.9. Fica dispensada a caução.



15.10. O resultado deste certame será divulgado nas Imprensas Oficiais, Portal de Compras do Governo Federal [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e no endereço eletrônico [www.cisbra.eco.br](http://www.cisbra.eco.br), para ciência de todos os interessados.



15.11. A publicidade dos demais atos pertinentes a esta licitação e passíveis de divulgação, será efetuada mediante publicação na Imprensa Oficial do Município de Amparo-SP e Monte Alegre do Sul-SP, Portal de Compras do Governo Federal [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e no endereço eletrônico [www.cisbra.eco.br](http://www.cisbra.eco.br).



15.12. Iniciada a Sessão Pública, os casos omissos do presente Edital de Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

**15.13. Integram o presente Edital:**



- a) **ANEXO I - Termo de Referência;**
- b) **ANEXO II - Modelo Referencial de Instrumento Particular de Procuração.**
- c) **ANEXO III - Minuta do Contrato;**
- d) **ANEXO IV - Modelo Padrão de Proposta Comercial - (Sugestão).**



15.14. Esta licitação será regida pela Lei Federal 10.520, de 19 de julho de 2002, pelo Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019 e, subsidiariamente e no que couber pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, sendo o Pregoeiro a autoridade soberana para resolver todas e quaisquer pendências surgidas na Sessão Pública deste Pregão.



15.15. O CISBRA reserva-se o direito de revogar, anular, adquirir no todo ou em parte, quando for o caso, ou rejeitar todas as propostas, no caso de ilegalidade ou desde que justificadamente haja conveniência administrativa para o caso, em prol do interesse público, sem que caiba qualquer direito à reclamação e/ou indenização a favor das proponentes.





15.16. A adjudicação dos itens do objeto deste edital ao(s) licitante(s) vencedor (es) o(s) obriga(m) ao fornecimento integral do(s) mesmo(s), nas condições oferecidas, não lhe(s) cabendo direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos não previstos em sua(s) proposta(s), quer seja por erro ou omissão.

15.17. A participação nesta licitação implica o conhecimento e a aceitação das condições ora discorridas, bem como de todas as disposições legais que, direta ou indiretamente, venham a incidir sobre o presente procedimento.

15.18. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação e não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca do Município de Amparo-SP, Estado de São Paulo, nos termos da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

15.19. Todos os horários constantes deste Edital têm como referência o horário de Brasília/DF.

15.20. Para conhecimento público, expede-se o presente Edital, publicado por “AVISO DE LICITAÇÃO”, na imprensa local, divulgado no endereço eletrônico do CISBRA, Portal de Compras do Governo Federal ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) e afixado, em seu inteiro teor, em lugar de costume e amplo acesso ao público.

15.21. Quando o descritivo contiver MARCA deverá a mesma ser considerada como referência e não como obrigatoriedade.

Amparo, 01 de setembro de 2023.

**EDSON RODRIGO DE OLIVEIRA CUNHA**  
Presidente

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

- 1.1. Contratação de seguro para os veículos e equipamento móvel do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas – CISBRA, conforme especificações constantes no Edital e Anexos.

### 2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O licitante deverá comprovar, por meio de atestado (s) de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado contrato (s) de serviços continuados em quantidades compatíveis com o pleiteado neste certame.
- 2.2. Para fins da execução dos serviços de seguro veicular, a seguradora deverá fornecer uma apólice que contemple as seguintes coberturas:
- Colisão, Incêndio, Roubo e Furto;
  - Responsabilidade Civil e Facultativa;
  - Acidente por Passageiro.
- 2.3. A contratação inicial será de 12 meses, podendo, ser prorrogado até o limite máximo previsto em lei.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

#### 3.1. Das Coberturas mínimas

- Roubo ou furto total, assim como os danos causados por tentativas de roubo ou furto;
- Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado;
- Raio e suas consequências;
- Incêndio e explosão, inclusive os causados por atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros (de qualquer causa);
- Queda em precipícios ou pontes;
- Queda de agentes externos sobre o veículo;
- Acidente durante o transporte do veículo segurado, por veículos próprios e/ou de terceiros, devidamente equipados e licenciados para o transporte de carga;
- Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- Granizo, furacão e terremoto;
- Garantia adicional de vidros;
- Acidente envolvendo o veículo segurado com veículos de servidores da contratante, dentro de suas dependências,





- Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;
- Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
- Danos causados a terceiros, Responsabilidade Civil Facultativa - RCF; Acidentes Pessoais por Passageiros - APP;
- Assistência 24h (vinte e quatro) horas, incluindo reboque;
- Franquia reduzida.
- Casco: Valor para cobertura de, no mínimo, 100% da tabela FIPE;
- Responsabilidade civil facultativa: para indenização de danos materiais; valor para indenização de danos corporais.
- Acidente por passageiro;
- Valor para indenização morte por passageiros;
- Valor para indenização invalidez por passageiro.

### 3.2. Do Endosso

- 3.2.1. Qualquer alteração na apólice poderá ser solicitada pelo Consórcio e processada pela licitante vencedora, mediante endosso;
- 3.2.2. A empresa vencedora deverá providenciar no prazo máximo de até 15(quinze) dias, a contar da data de solicitação pelo Consórcio CISBRA, as alterações na respectiva(s) apólice(s).

### 3.3. Da Apólice

- 3.3.1. A apólice de Seguro poderá ser entregue diretamente na sede do Consórcio, na Rua Barão Cintra, 40 – São Judas, Amparo/SP, CEP. 13.901-280 no horário comercial, das 8h às 12h e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira e ainda, enviado pelos Correios ou endereço eletrônico [falecom@cisbra.eco.br](mailto:falecom@cisbra.eco.br).
- 3.3.2. A apólice de seguro deverá conter, impreterivelmente, a descrição dos itens a seguir, observados os valores mínimos de cobertura.
- 3.3.3. O prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.
- 3.3.4. A Contratada deverá fornecer manual ou documento equivalente contendo informações relativas ao funcionamento do seguro para os veículos objeto da contratação.

### 3.4. Descrição das Indenizações (Rs)

- 3.4.1. Valores mínimos, PARA OS VEÍCULOS DE PASSEIO:

Cobertura	Valor mínimo por veículo
Danos Materiais	R\$ 100.000,00
Danos Corporais	R\$ 100.000,00



Acidentes Pessoais de Passageiros p/ morte ou invalidez	R\$ 10.000,00
Danos morais e estéticos	R\$ 10.000,00

#### 3.4.2. Valores mínimos, PARA O CAMINHÃO

Cobertura	Valor mínimo por veículo
Danos materiais	R\$ 300.000,00
Danos corporais	R\$ 500.000,00
Acidentes Pessoais de Passageiros p/ morte ou invalidez	R\$ 50.000,00
Danos morais e estéticos	R\$ 50.000,00

#### 3.4.3. Valores mínimos, PARA EQUIPAMENTO:

Cobertura	Valor mínimo por equipamento
Danos físicos e Subtração do bem	R\$ 2.695.000,00
Danos materiais	R\$ 400.000,00
Danos corporais	R\$ 400.000,00
Danos elétricos	R\$ 300.000,00

3.5. Em caso de Perda Total (indenização integral), o valor da indenização ao Consórcio será subtraído da tabela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site [www.fipe.org.br](http://www.fipe.org.br), obedecido o quantitativo integral informado. Em caso de extinção, outra que vier a substituí-la;

3.6. Em se tratando de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo, por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar data de solicitação pelo Consórcio independente da quilometragem rodada no período. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

3.7. A licitante vencedora, independente de ser ou não a atual CONTRATADA, deverá observar os bônus existentes nas atuais apólices.

3.8. Os veículos são conduzidos por servidores a serviço do Consórcio e e, enquanto nas dependências da Sede ou em Unidades Locais, permanecerão recolhidos em estacionamento fechado e privativo.

#### 3.9. Da vigência da apólice

O seguro contratado em decorrência deste Termo de Referência será adquirido a partir do término da vigência da apólice atual conforme tabela do item 3.9.1.

##### 3.9.1. Apólices vigentes:

Nº	ANO/MODELO	DESCRIÇÃO	Nº DA APÓLICE VIGENTE	FIM VIGÊNCIA DO SEGURO	DATA DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO
----	------------	-----------	-----------------------	------------------------	---------------------------------



01	2022/2023	Veículo caminhonete cabine dupla FIAT STRADA FREEDOM CD 1.3, 5 passageiros, branca. Placa: FYM5J42	0531 75 3937097	26/09/2023	A partir de de 00:00h do dia 27/09/2023.
02	2022/2023	Caminhão marca Volkswagen VW19.360 CTC, branco geada. Placa: FWP7F12	0531 47 9110450	21/12/2023	A partir de de 00:00h do dia 22/12/2023.
03	2023/2023	Equipamento de Trituração e Reciclagem. Conjunto Móvel de Reciclagem para beneficiamento da Construção Civil CMR110090 Carga-Semi Reboque. Placa: RYD1E21.	0171.47.35.019-6	22/06/2024	A partir de de 00:00h do dia 23/06/2024.
04	2023/2023	Veículo hatchback marca FIAT ARGO TREKKING 1.3 AUTOMÁTICO FLEX 4P, branco banchisa com teto preto Vulcano. Zero Km.	Não contratado	não contratado	A partir do recebimento do veículo estimado em 60 dias.

#### 4. FROTA

4.1. A frota atual do Consórcio é de 03 (três) veículos e 01 (um) equipamento do tipo usina móvel para beneficiamento dos resíduos da construção civil.

Nº	ANO/MODELO	VALOR DE AQUISIÇÃO	RENAVAM	DESCRIÇÃO	CHASSI	FIM VIGÊNCIA DO SEGURO
01	2022/2023	R\$ 106.700,00	01323434817	Veículo caminhonete cabine dupla FIAT STRADA FREEDOM CD 1.3, 5 passageiros, branca. Placa: FYM5J42	9BD28TB9JPYX95424	26/09/2023
02	2022/2023	R\$ 537.500,00	01331426151	Caminhão marca Volkswagen VW19.360 CTC, branco geada. Placa: FWP7F12	9536R8277PR040456	21/12/2023
03	2023/2023	R\$ 2695.000,00	01335823813	Equipamento de Trituração e Reciclagem. Conjunto Móvel de Reciclagem para beneficiamento da Construção Civil CMR110090 Carga-Semi Reboque. Placa: RYD1E21.	979BE5143P1043017	22/06/2024
04	2023/2023	R\$ 97.350,00	(em andamento)	Veículo hatchback marca FIAT ARGO TREKKING 1.3 AUTOMÁTICO FLEX 4P, branco banchisa com teto preto Vulcano. Zero Km.	(em andamento)	não contratado

#### 5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. O valor estimado é de (R\$): **65.037,69 (sessenta e cinco mil, trinta e sete reais e sessenta e nove centavos).**
- 5.2. As estimativas de preços foram realizadas pelo valor da última contratação e pesquisa no Painel de Preços <https://paineldeprescos.planejamento.gov.br> do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos do Governo Federal.
- 5.3. A franquia considerada é a reduzida e não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos.



## 6. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 6.1. As despesas para execução deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: da ficha orçamentária:

010100	CONSORCIO INTERM. SAN. BAS. CIRCUITO AGUAS
17.122.0010.2001.0000	MANUTENÇÃO CONSORCIO INTERMUNICIPAL SANEAMENTO
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
01	TESOURO
00	Recursos Ordinarios
1.880	Recursos Próprios dos Consórcios (Exerc. Corrente)

## 7. PAGAMENTO

- 7.1. Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias úteis do recebimento da apólice.

## 8. MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO

8.1. Todo o procedimento será processado e julgado em conformidade com o Regulamento de Licitações e de Contratos do Consórcio e outras normas pertinentes, principalmente a Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto nº 10.024/2019, pela legislação complementar e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993.

## 9. INFORMAÇÕES GERAIS

- 9.1. A demanda do órgão refere-se a veículos novos (2022/2023) adquiridos para uso da Consórcio, conforme relação constante deste Termo de Referência.
- 9.2. Os veículos são oficiais e exclusivos para uso em serviço.
- 9.3. A franquia do casco, considerada neste Termo de Referência, é obrigatória.
- 9.4. A franquia do casco não será considerada para fins de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços (prêmios).
- 9.5. A franquia do casco deverá ser fixa para cada veículo.
- 9.6. O valor da franquia deverá constar obrigatoriamente na proposta completa da empresa. O pagamento da franquia do casco somente ocorrerá quando do registro do sinistro junto à seguradora.
- 9.7. As propostas deverão ser apresentadas sem as cláusulas de perfil do segurado, tendo em vista que os veículos serão conduzidos por diversos motoristas. Entretanto, declaramos que todos possuem a devida habilitação exigida para a condução dos veículos e tem mais de 25 anos de idade.
- 9.8. As vagas são em estacionamento privativo e fechado, dotado de segurança diuturna.
- 9.9. O julgamento e a adjudicação das propostas serão realizados pelo critério de menor preço por item do prêmio





## 10. GESTÃO DO CONTRATO

10.1. A contratação será acompanhada e fiscalizada por servidor designado para tal pela Administração;

10.2. A Fiscalização poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com o Termo de Referência;

10.3. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes aos serviços prestados, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para o Consórcio.

10.4. Caberá à Fiscalização:

10.4.1. anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

10.4.2. receber e atestar a nota fiscal/fatura referente à aquisição dos serviços, encaminhando-a ao setor responsável para pagamento;

10.4.3. emitir pareceres (ou documentos equivalentes) em todos os atos relativos à execução dos serviços, em especial no tocante à eventual aplicação de sanções.

10.5. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes aos serviços prestados, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para o Consórcio.

10.6. A fiscalização de que trata este item não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

10.7. Os serviços deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas vigentes.

10.8. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão dos serviços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente.

10.9. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

10.10. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

10.11. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

10.12. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

10.13. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fi.

10.14. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



**10.15.** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

**10.16.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

**EVERTON LUIS FERREIRA DE OLIVEIRA**

Secretário Executivo

**OLITON AMADOR SIQUEIRA**

Diretor Operacional

## ANEXO II – MODELO REFERENCIAL DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

### PROCURAÇÃO

A (nome da pessoa jurídica), CNPJ nº....., com sede na ..... nº....., bairro....., na cidade de ....., Estado de....., através de seu representante legal infra assinado, nomeia e constitui seu bastante procurador o (a) Senhor (a)....., portador (a) da cédula de identidade RG nº....., expedida pela....., UF....., outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na Sessão Pública do Pregão Eletrônico nº 05/2023, Processo nº 56/2023, junto ao Consorcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas SP, em especial para formular lances, interpor recursos e/ou deles desistir, negociar, assinar contratos e efetuar as providências necessárias para que a outorgante mantenha-se satisfatoriamente neste procedimento.

Nome da cidade/UF., (dia) de (mês) de 2023.  
(assinatura)

(Nome do representante legal da empresa proponente)

Obs. Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa proponente e assinado pelo(s) seu(s) representante(s) legal (is) e/ou procurador (es) devidamente habilitado(s).

## ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Autorizado no Processo de Compra nº 56/2023

INSTRUMENTO PÚBLICO DE CONTRATO Nº \_\_\_\_/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS-CISBRA, E DE OUTRO LADO, COMO CONTRATADA A EMPRESA \_\_\_\_\_ PARA CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS E EQUIPAMENTO MÓVEL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS – CISBRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E ANEXOS.

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do corrente ano de 2023, neste município de Amparo, Estado de São Paulo, na sede Consórcio, compareceram as partes, de um lado, o **“CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS-CISBRA”**, autarquia interfederativa, com sede nesta cidade de Amparo, Estado de São Paulo, à Rua Barão Cintra nº 40, São Judas, inscrito no CNPJ sob nº 14.009.006/0001-34, neste ato representado por seu **PRESIDENTE**, Sr. EDSON RODRIGO DE OLIVEIRA CUNHA, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº \_\_\_\_\_ - SSP/SP e CPF nº \_\_\_\_\_, adiante designado **“CONTRATANTE”**, e de outro lado, a empresa, \_\_\_\_\_ com sede em \_\_\_\_\_ à \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu \_\_\_\_\_, Sr(a). \_\_\_\_\_, (qualificação), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ residente e domiciliado(a) na cidade de \_\_\_\_\_, à Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, adiante designada **“FORNECEDORA”** eperante as testemunhas ao final nomeadas e assinadas, têm entre si justa e contratada a aquisição do objeto de acordo com o Pregão Presencial nº **05/2023**, consoante do Processo de Compra nº **56/2023**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **DO OBJETO:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - A **“CONTRATADA”** obriga-se a entregar o Objeto constante da proposta apresentada no procedimento licitatório, **PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2023**, do qual foi julgada vencedora nos termos do Parecer da Comissão Julgadora, com a respectiva Adjudicação e correspondente Homologação, consoante os expressos termos contidos no Processo de Compra nº **56/2023**, do **“CONTRATANTE”** e consistente na **CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS E EQUIPAMENTO MÓVEL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS – CISBRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E ANEXOS.**





## DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS:

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O presente instrumento público de contrato será regido pelo disposto na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com todas as alterações nela introduzidas posteriormente e demais itens do edital.

## DO PREÇO:

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O preço global para a aquisição de seguro para a frota, objeto deste presente instrumento é de R\$ (\_\_\_\_\_), estando nele consignado **TODOS OS CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS, INCLUSIVE NO SE REFERE A ENTREGA DO OBJETO.**

## DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

**CLAUSULA QUARTA** - O fornecimento do objeto será efetuado mediante encaminhamento, pelo CISBRA, de Ordem de Compra e formalização por termo de contrato, que correspondem à autorização de entrega, devendo nela constar: especificação do objeto, marca, quantitativo, local de entrega e preço unitário e total.

**4.1** – O fornecimento do objeto **DEVERÁ** ser realizado no prazo do recebimento da Ordem de Compra emitida pelo Consórcio e formalização do termo de contrato.

**4.2** – O objeto somente será recebido se estiver plenamente de acordo com as especificações deste Edital, e se por ventura estiver em desacordo com o especificado, DEVERÁ ser substituído no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital.

**4.3** – O seguro será recebido da seguinte forma:

**a)** Provisoriamente, no ato do recebimento, para efeito de posterior verificação da conformidade da apólice com as especificações;

**b)** Definitivamente, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, após averificação das características, especificações, e consequente aceitação.

**4.4** – Somente serão recebidos o objeto que estiverem plenamente de acordo com as especificações deste Edital, seus anexos e da proposta apresentada pela Fornecedor.

**4.5** – O aceite/aprovação do objeto pelo Consórcio não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Edital.

## DO PAGAMENTO:

**CLÁUSULA QUINTA** - O pagamento será efetuado, mediante **APROVAÇÃO** do objeto recebido, pelo Gestor do Contrato.

**5.1** – O PAGAMENTO SERÁ EM ATÉ 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS DO RECEBIMENTO DA NOTA FISCAL.

**5.2** – Será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções não sanáveis.

**5.3** – Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à Contratada, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada ao Consórcio no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

**5.4** – Caso a Contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data de sua apresentação;

**5.5** A nota fiscal deverá conter dados para depósito (Banco, Agência, nº da conta

corrente e número da Ordem de Serviço);

**5.6. Será somente aceita Nota Fiscal Eletrônica**

5.6 – As Notas Fiscais Eletrônicas deverão ser enviadas para o e-mail [falecom@cisbra.eco.br](mailto:falecom@cisbra.eco.br).

**DO PRAZO CONTRATUAL E OUTRAS DISPOSIÇÕES**

**CLÁUSULA SEXTA** – Este Termo de contrato terá **vigência de 12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado até o limite máximo previsto em lei.

**CLAUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES:**

**a- DA FORNECEDORA:**

7.1 Fornecer o objeto na forma ajustada;

7.2 Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto;

7.3 Manter durante toda a execução do termo de contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.4 Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

**7.5 - ATENDER PLENAMENTE e RIGOROSAMENTE ÀS EXIGÊNCIAS E CONDIÇÕES EXPOSTAS NO ANEXO I** – *Termo de Referência* deste Edital.

7.6 - A prestadora não poderá, sem motivo justo, devidamente comprovado e informado, recusar a fornecer o serviço solicitado pelo Consórcio.

**b- DO CONTRATANTE:**

7.7 - Efetuar o pagamento ajustado;

7.8 - Prover todas as informações necessárias à Fornecedora, acompanhamento, acionamento do seguro, assistência, assim como outros assuntos que sejam pertinentes.

**DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:**

**CLÁUSULA NONA** - As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

010100	CONSORCIO INTERM. SAN. BAS. CIRCUITO AGUAS
17.122.0010.2001.0000	MANUTENÇÃO CONSORCIO INTERMUNICIPAL SANEAMENTO
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
01	TESOURO
00	Recursos Ordinarios
1.880	Recursos Próprios dos Consórcios (Exerc. Corrente)

**DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:**

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Na eventualidade de ocorrer modificações no objeto, as partes convencionam aditamento do mesmo, conforme o permitido no artigo 65, da lei nº 8.666 de 21-06-1993, com as



alterações posteriores nela introduzidas e demais itens do edital.

### **DAS PENALIDADES:**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - As penalidades as quais ficam sujeitas a **FORNECEDORA** em caso de inadimplência ou irregularidades, e ainda, pelo não cumprimento de quaisquer das exigências legais ou das condições pactuadas, são as seguintes:

**11.1 - Advertência**, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a Contratada concorrido diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Consórcio;

**11.2 - Multa de 0,4%** (quatro décimos por cento) ao dia, por atraso no fornecimento do objeto, ou execução da garantia, calculada sobre seu valor total global, até o 5º (quinto) dia corrido, após o que, aplicar-se-á a multa prevista na alínea "c" desta cláusula;

**11.3 - Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total global do Contrato, na hipótese do não cumprimento das obrigações assumidas;**

**11.4 - Cancelamento da compra, Rescisão do Termo de Contrato e suspensão temporária ao direito de licitar com o Consórcio**, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de até 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento da Ordem de Compra, sem prejuízo de aplicação da multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

**Parágrafo Primeiro:** As multas serão aplicadas após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa Contratada ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

**Parágrafo Segundo:** As penalidades previstas neste item têm caráter de **sanção administrativa**, conseqüentemente, a sua aplicação não exime a empresa Contratada da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Consórcio.

**Parágrafo Terceiro:** As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

**11.4. -** Para efeito de aplicação de multas, o valor global corresponde ao valor adjudicado em contrato.

**11.5 -** O não cumprimento injustificado das obrigações contratuais, por parte da **FORNECEDORA**, sujeitá-la-á, também, as penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da lei nº 8.666/93 e art.7º da lei nº 10.520/02.

### **DA RESCISÃO CONTRATUAL:**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - O não cumprimento pela "**FORNECEDORA**", de quaisquer das obrigações assumidas com este instrumento público de contrato, salvo motivo de força maior ou casos fortuitos, devidamente caracterizados e aceitos pelo "**CONTRATANTE**", acarretará a rescisão imediata e unilateral do mesmo, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extra judicial e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Primeira.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamentos, nos termos do artigo 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

### **DO FORO:**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - As partes elegem o Foro da Comarca de Amparo, Estado de São Paulo, para qualquer Ação oriunda deste instrumento de contrato, excluindo-se qualquer outro, por



mais privilegiado que seja.

**NADA MAIS**. Lido e achado conforme vai o presente instrumento público de contrato, assinado pelas partes inicialmente nomeadas e qualificadas, na presença detestemunhas.

Amparo, x de setembro de 2023.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
FORNECEDOR

**Gestor do contrato:**

**Testemunhas:**

\_\_\_\_\_  
Nome:

\_\_\_\_\_  
RG:

\_\_\_\_\_  
Nome:

\_\_\_\_\_  
RG:



## ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Ao

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas - CISBRA.

Processo nº 56/2023

Item	Qtde.	Descrição	Preço unitário	Preço total
01	01	Veículo caminhonete cabine dupla FIAT STRADA FREEDOM CD 1.3, 5 passageiros, branca. Placa: FYM5J42	R\$ 2.476,87	R\$ 2.476,87
02	01	Caminhão marca Volkswagen VW19.360 CTC, branco geada. Placa: FWP7F12	R\$ 17.999,38	R\$ 17.999,38
03	01	Equipamento de Trituração e Reciclagem. Conjunto Móvel de Reciclagem para beneficiamento da Construção Civil CMRI10090 Carga-Semi Reboque. Placa: RYD1E21.	R\$ 42.084,57	R\$ 42.084,57
04	01	Veículo hatchback marca FIAT ARGO TREKKING 1.3 AUTOMÁTICO FLEX 4P, branco banchisa com teto preto Vulcano.	R\$ 2.476,87	R\$ 2.476,87
TOTAL			R\$ 65.037,69	R\$ 65.037,69

**O prazo de validade da proposta:** 60 (sessenta) dias da data do encerramento do certame;

**Condições de pagamento:** em até 10 (dez) dias úteis do recebimento e aceite da Nota Fiscal;

**Prazo de entrega:** conforme Termo de Referência.

Declaro que me comprometo a cumprir com todas as especificações técnicas constantes no Anexo I – Termo de Referência;

Declaro que nos preços ofertados já estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, gastos e demais despesas necessárias para a aquisição do objeto do presente certame;

LOCAL, DATA.

\_\_\_\_\_  
(ASSINATURA)

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA LICITANTE

(CARGO/RG)

**\*preço estimado.**